

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena  
Editora  
Ano 2022

**Vol 3**

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

  
Atena  
Editora  
Ano 2022

**Vol 3**

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
 Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Américo Junior Nunes da Silva  
 Ilvanete dos Santos de Souza  
 Ismael Santos Lira

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0712-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.126222511>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.

As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as

nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?

Américo Junior Nunes da Silva  
Ilvanete dos Santos de Souza  
Ismael Santos Lira

**CAPÍTULO 1 ..... 1**

JUVENTUDE E DEMOCRACIA: A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

Marina Barreto Pirani

Guilherme Eduardo Lucas Knappe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225111>

**CAPÍTULO 2 ..... 15**

INTERAÇÕES LÚDICAS ENTRE BEBÊS E LIVROS INFANTIS: REFLEXÕES E DESAFIOS AOS(AS) PROFESSORES(AS)

Fernanda Gonçalves

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225112>

**CAPÍTULO 3 .....24**

INTERGERACIONALIDADE: RELAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E PESSOAS IDOSAS POR MEIO DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Liliane Cristina Dias

Lucia Ceccato de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225113>

**CAPÍTULO 4 .....37**

LA NATURALEZA DE LA CIENCIA Y TECNOLOGÍA (NDCYT) EN LA MOVILIZACIÓN DE CONCEPCIONES DOCENTES: PROCESOS METACOGNITIVOS, TENSIONES E INCIDENCIAS TEMÁTICAS EN UN PROCESO DE FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESORADO DE QUÍMICA

Zenahir Siso-Pavón

Iván Sánchez-Soto

Luigi Cuéllar-Fernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225114>

**CAPÍTULO 5 .....45**

MOVIMENTAÇÃO OLÍMPICA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR E INOVADORA

Ana Rita de Almeida Neves

Antonio Jorge Sena dos Anjos

Kenya Costa Pinto dos Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225115>

**CAPÍTULO 6 .....52**

NARRATIVAS DIGITAIS: UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM CRIATIVA NO ENSINO DE PORTUGUÊS E LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA O ENSINO TÉCNICO SUPERIOR

Tânia Regina Exposito Ferreira

Sirley Ambrosia Vitorio Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225116>

**CAPÍTULO 7 .....64**

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÕES, SENTIDOS E PRÁTICAS

Andrea Rodrigues Dalcin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225117>

**CAPÍTULO 8 .....72**

NEOLIBERALISMO INDUSTRIAL, BUROCRACIA E CORRUPÇÃO – QUE INFLUÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE?

Evildo França Francisco Celestino Semo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225118>

**CAPÍTULO 9 .....83**

O CURRÍCULO COMO UM DISPOSITIVO DE REGULAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DOCENTE

Grazielle Jenke

Luciana Fiamoncini Frainer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225119>

**CAPÍTULO 10.....94**

INTERDISCIPLINARIDADE: INSTRUMENTO PEDAGÓGICO VIABILIZADOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ACADÊMICA

Francisco Davi Nascimento Oliveira

Lucelia Keila Bitencourt Gomes

Renata Rezende Pinheiro Castro

João de Deus Carvalho Filho

Luciano do Nascimento Ferreira

Andreza Silva Gomes

Dayane Reis Barros de Araújo Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251110>

**CAPÍTULO 11 ..... 102**

O DESEJO DE APRENDER E O PROCESSO CRIATIVO-PENSANTE

Willian Machado Brasil

Cláudia Moscarelli Corral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251111>

**CAPÍTULO 12.....121**

O ENSINO DE FILOSOFIA NA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ

Brenda Leticia de Souza Silva

Luiz Miguel Galvão Queiroz

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251112>

**CAPÍTULO 13..... 145**

METODOLOGÍA DE CONSENSO DE LAS FUERZAS VIVAS DEL TERRITORIO PARA LA MEJORA DE LA EDUCACIÓN EN REPÚBLICA DOMINICANA

Raykenler Yzquierdo Herrera

Cristina Molina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251113>

**CAPÍTULO 14..... 158**

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Eliane Araujo Grippa

Adriele Soares

Maria Gabriela do Carmo Sobrosa

Claudiany Peçanha Silva

Carla Corrêa Pacheco Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251114>

**CAPÍTULO 15..... 169**

LAS COMPETENCIAS INFORMACIONALES DE LOS DOCENTES EN LOS MICROPROCESOS DE LA COMPRENSIÓN LECTORA EN LÍNEA

Silvia Verónica Valdivia Yábar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251115>

**CAPÍTULO 16..... 182**

O TRABALHO COM O SOROBAN NA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Silvânia Cordeiro de Oliveira

Eliane Sheid Gazire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251116>

**CAPÍTULO 17..... 194**

O USO DO *INSTAGRAM* COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL @BIBLIOCIENTIFICA

Maria do Socorro Corrêa da Cruz

Nathalia Regina Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251117>

**CAPÍTULO 18..... 204**

O USO DO WHATSAPP COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

Ailton Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251118>

<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>216</b>
MARIA MARTINS: APROXIMAÇÕES AO SURREALISMO	
Wellington Cesário	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251119">https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251119</a>	
<b>CAPÍTULO 20 .....</b>	<b>224</b>
O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE ATIVIDADES PRÁTICAS: UMA EXPERIÊNCIA PARA O TEMA FAUNA NATIVA	
Debora Michelli Seibel	
Everton Herzer Rossoni	
Izabela Carolina de Souza-Franco	
Franciele Carla Soares	
Felipe Bejjamini	
Gilza Maria de Souza-Franco	
Alexandre Carvalho de Moura	
Izabel Aparecida Soares	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251120">https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251120</a>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>233</b>
O BRINCAR COMO INSTRUMENTO DA ENGENHAGEM NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL	
Silvania Moura da Silva	
Euclides Maurício Trindade Filho	
Antonio Alberto Monteiro de Souza	
Betijane Soares de Barros	
Izabelle Wanessa Campos Galindo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251121">https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251121</a>	
<b>CAPÍTULO 22 .....</b>	<b>245</b>
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM ENSINO APRENDIZAGEM	
Ingrid Aparecida Siqueira Crispim	
Celso Peixoto Cotta	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251122">https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251122</a>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES .....</b>	<b>263</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>265</b>

# O CURRÍCULO COMO UM DISPOSITIVO DE REGULAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DOCENTE

*Data de submissão: 07/09/2022*

*Data de aceite: 01/11/2022*

### **Grazielle Jenke**

Universidade do Vale do Itajaí – Univali  
Itajaí – SC  
<http://lattes.cnpq.br/9021396855352620>

### **Luciana Fiamoncini Frainer**

Universidade Regional de Blumenau –  
Furb  
Blumenau – SC  
<http://lattes.cnpq.br/3141175942395877>

**RESUMO:** Não é recente o surgimento do interesse em pesquisas acerca das relações de poder e suas formas, sutis ou não, de atuação. Dentre os principais estudiosos que se debruçaram sobre esta temática, está Michel Foucault, que teve boa parte de sua obra dedicada a este assunto. Em seus estudos, ele buscou identificar o que causa os efeitos de dominação, bem como o que faz com que seja tão complexo resistir a ela. Não é raro encontrarmos pesquisas que evidenciem a escola como um dos principais locais no qual ocorrem latentes relações de poder, especialmente quando se trata de formas de assujeitamento. Nesse viés, este artigo visa problematizar o currículo como um dispositivo de regulação a partir do trabalho docente. No ambiente

escolar, disciplinar o professor para que siga à risca o que é descrito no currículo e nas demais políticas educacionais e escolares tira dele a autonomia para que ele possa, de fato, atuar como educador. O discurso que responsabiliza o professor pelo processo educativo, colocando-o como protagonista em lugares onde na verdade ele é passivo, é fazê-lo acreditar que a obediência é, na verdade, vocação. A partir destas reflexões, obtidas por meio de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, chega-se à conclusão de que o currículo como um dispositivo de regulação a partir do trabalho docente é um reflexo do atual modelo de controle imposto pelas reformas educacionais e que pôr em pauta esta discussão é uma das maneiras de combater sua disseminação e lutar por uma pedagogia libertadora e com moldes menos espelhados no mercado de trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo, dispositivos de poder, trabalho docente, Foucault.

**ABSTRACT:** The emergence of interest in research on power relations and their forms of action, subtle or not, is not recent. Among the main scholars who have focused on this theme is Michel Foucault, who had a good part of his work dedicated to this subject. In

his studies, he sought to identify what causes the effects of domination, as well as what makes resisting it so complex. It is not uncommon to find studies that show the school as one of the main places in which latent power relations occur, especially when it comes to forms of subjection. In this vein, this article aims to problematize the curriculum as a regulatory device based on teaching work. In the school environment, disciplining the teacher so that he strictly follows what is described in the curriculum and in other educational and school policies takes away his autonomy so that he can, in fact, act as an educator. The discourse that makes the teacher responsible for the educational process, placing him as a protagonist in places where he is passive, is to make him believe that obedience is, in fact, a vocation. From these reflections, obtained through a bibliographical and qualitative research, it is possible to conclude that the curriculum as a regulation device based on teaching work is a reflection of the current model of control imposed by educational reforms and that guides this discussion is one of the ways to combat its dissemination and fight for a liberating pedagogy with less mirrored patterns in the job market.

**KEYWORDS:** Curriculum, power devices, teaching work, Foucault.

## INTRODUÇÃO

Desde os anos 90, os trabalhos de Michel Foucault provocam enorme interesse interdisciplinar e isso pode ser evidenciado por meio do crescente número de artigos, dissertações e teses que vem sendo realizados desde então, os quais utilizam aportes teóricos do filósofo como metodologia. Entre os temas mais discutidos, está o poder.

Apesar de não existir uma obra que sistematize uma teoria geral do poder, seu foco é acompanhado pela trajetória ideológica e participação política de Foucault e é pano de fundo em suas obras. Uma das razões para enfatizar essa questão é o ambiente político do pós-guerra e a crítica ao stalinismo e ao fascismo. Assim, o século XX foi marcado pela crítica política e filosófica que se concentrou no uso excessivo do poder no totalitarismo e fascismo, como também pela ascensão das guerras civis, as ditaduras militares, as grandes potências mundiais, entre outros.

Inicialmente, Foucault partiu de um enfoque existente e dominante no estudo das relações de poder, que surgiu a partir do fato do Estado e da soberania, e da questão de como o poder se manifesta e se difunde através da lei. Sua resposta foi formulada a partir da microfísica das relações de poder, havendo dedicado ele uma obra específica para tratar sobre o tema.

Em seus estudos, Foucault também se dedicou a identificar sedimentações históricas que causaram efeitos de dominação e que praticamente anularam quaisquer possibilidades de resistências, bem como práticas de sujeição que levaram a aceitações incondicionais daquelas formas de dominação. Foucault (2007) reconheceu que esses efeitos de dominação e práticas de sujeição/aceitação do poder não são tributários apenas do fascismo e do stalinismo, mas também das sociedades democráticas. Na educação, os efeitos de dominação e das práticas são, embora sutis, muito presentes.

Este artigo é de abordagem qualitativa, pois parte de uma análise interpretativa dos conceitos que são discutidos e utiliza-se de procedimento bibliográfico para a análise dos conceitos. O objetivo deste escrito é problematizar o currículo como um dispositivo de regulação a partir do trabalho docente, chamando a atenção para alguns aspectos considerados relevantes dentro do escopo desta discussão.

## **FOUCAULT E OS MODELOS DE PODER**

Ao longo de sua vida intelectual, Foucault dedicou-se a identificar as sedimentações históricas que causaram os efeitos de dominação e que praticamente anularam quaisquer possibilidades de resistências, bem como práticas de sujeição que levaram a aceitação incondicionais daquelas formas de dominação. Foucault (2007) reconheceu que esses efeitos de dominação e práticas de sujeição/aceitação do poder não são tributários apenas do fascismo e do stalinismo, mas também das sociedades democráticas. Em linhas gerais, Foucault (2007) resume essas sedimentações históricas em três grandes modelos de poder: o soberano, o disciplinar e o biopoder.

O poder soberano “se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos” (FOUCAULT, 2007, p. 148). A soberania, na análise de Foucault, se materializa sobre a vida dos súditos através da violência dos penalizados por terem praticado algum crime ou através do suplício destes indivíduos punidos. A punição se dava de acordo com a severidade de cada crime:

Número de golpes de açoites, localização do ferrete em brasa, tempo de agonia na fogueira ou na roda (o tribunal decide se é o caso de estrangular o paciente imediatamente, em vez de deixá-lo morrer, e ao fim de quanto tempo esse gesto de piedade deve intervir, tipo de mutilação a impor (mão decepada, lábios ou língua furados). (FOUCAULT, 2009, p.36).

Assim, podemos nos remeter ao poder soberano como uma força que tem o direito de concernir sobre os homens, seus bens e seus corpos, articulando-se entre duas opções: a “de causar a morte ou de deixar viver” (FOUCAULT, 2007, p. 148). No poder soberano, acreditava-se que era possível intervir até mesmo na vida após a morte, visto que o sofrimento seria uma forma de salvar a alma, já que o corpo foi condenado. O poder soberano visualiza na tortura uma preparação para o perdão e por isso o ato do suplício era justificável, mesmo que se realizado em momentos de pressão e de atrocidades.

Assim, se o crime ataca a lei ele está também atacando diretamente o soberano (que representa a sociedade e o Estado), e como forma de punição o soberano agirá sobre o criminoso como um inimigo de guerra. Com isso, nota-se que a punição não tem apenas a simples função de fazer o criminoso pagar pelo seu crime, mas também e de garantir a ordem. Este restabelecimento da ordem é garantido pelo poder soberano que

busca “estabelecer um equilíbrio que de fazer funcionar, até um extremo, a dissimetria entre o súdito que ousou violar a lei e o soberano todo-poderoso que faz valer sua força” (FOUCAULT, 2009, p.49).

A partir do século XVII, um novo poder começa a se instaurar: o poder disciplinar, que como o próprio nome sugere, passa a funcionar através de práticas disciplinares que visam a construção de uma sociedade útil, produtiva e obediente. Este poder está associado a mecanismos e práticas que colocam em funcionamento novas formas de regularizar as atividades humanas, extraindo seu potencial produtivo e neutralizando sua capacidade de mobilidade política. Exemplos disso são o uso da vigilância, a multa, a demissão por justa causa e o exame que tem como objetivo modificar o comportamento dos indivíduos e retirar deles um conjunto de conhecimentos que alimentam o poder disciplinar.

Nesta perspectiva o poder disciplinar é um emaranhado de estratégias, dispositivos e organizações de espaço e tempo que foi construído e articulado, não apenas, mas principalmente, com o desenvolvimento industrial, estando esta forma de poder ligada às instituições relacionadas a esse desenvolvimento: escolas, hospitais, fábricas, exército, dentre outras, instituições estas nas quais a principal característica é moldar, isto é, tornar úteis e dóceis os corpos para que se possa extrair maior proveito e domínio deles. O poder disciplinar atua também nos espaços de confinamento, como os hospícios e as prisões, em prol do mesmo objetivo: tornar o corpo obediente e útil, e para isso utilizam mecanismos de disciplinamento (FOUCAULT, 2009).

Os espaços disciplinares são locais que consistem em separar, reordenar, objetivar e colocar cada indivíduo em lugar delimitado o que evita dispersões de força, como motins, por exemplo e assim, impedir que venham a contrariar a ordem. Nas palavras de Foucault, esses espaços visam “anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável, perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração” (FOUCAULT, 2009, p.138).

Apesar dos modelos de poder passarem por sucessivas transformações ao longo do tempo, não é correto afirmar que a emergência de uma nova forma de poder signifique a imediata supressão daquela que a precedeu, pois não ocorre o desaparecimento de uma forma de poder para que outra se estabeleça. Pelo contrário, é sobre os modelos já firmados que a forma de poder sofre alterações e a implantação de novas formas de poder se concretizam.

O poder disciplinar conta também com a regulação do tempo como uma técnica de disciplinamento. O tempo é uma das formas de controlar os indivíduos e ordenarem esses indivíduos no espaço. Exemplo disso são as divisões de horários nas escolas e no trabalho, nos quais se tem horário para iniciar, para realizar um lanche, para almoçar e para findar o expediente.

Foucault ainda apresenta o efeito de panóptico para exemplificar o poder disciplinar. Neste dispositivo, usa-se o princípio de se poder ver tudo o que está a sua volta e não

ser visto pelo observado, induzindo no detento uma consciência de permanente estado de visibilidade, através da noção de extrema vigilância, o que garante o funcionamento constante do poder.

No final do século XVIII e início do século XIX, entra-se na era do biopoder que se utiliza de diversas e numerosas técnicas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações. É nesse sentido que Foucault afirma que “a velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2007, p. 152). Assim, o biopoder é visto como o poder sobre a vida e a prática desse poder como parte do governo. O governo é caracterizado pela intervenção administrativa designada a otimizar a saúde, a vida e a produtividade da população (FOUCAULT, 1993).

Em contraste com o poder soberano, o biopoder não é percebido a partir de um centro, mas circula através das conexões da vida coletiva. Ele é produtivo e impulsionador e não mais repressivo. Ele está associado com uma ampliação do controle sobre novos domínios: a população, os processos produtivos e a vida biológica. O que “deve ser governado é um processo ativo, técnico. O governo introduziu um extraordinário trabalho de pesquisa para transformar acontecimentos e fenômenos em informação: nascimentos, doenças e mortes, matrimônios e divórcios, níveis de rendimentos e tipos de dieta, formas de emprego e falta de emprego”. (MILLER; ROSE, 2012, p.84). Ainda nas palavras de Miller e Rose:

(...) o governo deve ser exercido à luz de um conhecimento daquilo que deve ser governado: uma criança, uma família, uma economia, uma comunidade – um conhecimento de suas leis gerais de funcionamento (taxa de reprodução, taxa de suicídio) e as formas pelas quais podem ser modelados e guiados a fim de produzir objetivos desejáveis, respeitando, ao mesmo tempo, sua autonomia. (MILLER; ROSE, 2012, p. 243).

O biopoder não exerce controle sobre e contra o conhecimento, mas através do conhecimento (das expertises), moldando as condições de possibilidade para certas maneiras de pensar e agir, o que é definido por Foucault (2007) como sociedade normalizadora.

Por meio de tais mecanismos, as autoridades podem influenciar e arremessar os que estão distantes delas no espaço e no tempo, na busca dos objetivos sociais, políticos ou econômicos, sem invadir a “liberdade” ou a “autonomia” delas – com efeito, muitas vezes precisamente oferecendo-se para maximizá-las ao transformar um hábito cego em uma liberdade calculada a ser escolhida. (MILLER; ROSE, 2012, p.87)

O poder inicialmente é percebido, por Foucault, nas pequenas relações de poder que podem ser observadas nas práticas sociais, denominadas de micropoderes e algumas vezes são chamadas de locais ou regionais meramente em contraste com o poder global e unificado assumido pelo estado ou pela lei. O poder não se refere a um objeto ou uma

pessoa, mas sim a uma situação estratégica que dificilmente é localizável ou apropriada por alguém. Não podemos determinar sua natureza, podemos apenas narrar sua operacionalidade. Foucault expressa que:

Não tomar o poder [na verdade, as relações de poder] como um fenômeno de dominação massivo e homogêneo – dominação de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras –; ter bem em mente que o poder, exceto ao considerá-lo de muito alto e de muito longe, não é algo que se partilhe entre aqueles que o têm e que o detêm exclusivamente, e aqueles que não o têm e que são submetidos a ele. Creio que o poder tem que ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Dito de outra maneira, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles. (FOUCAULT, 2007, p. 183).

Dessa articulação de poder está excluída a relação entre ordem e obediência, assim como a oposição entre dominantes e dominados, pois o poder não se aplica aos indivíduos por meio da relação de ordem e obediência, limitando a transitar por eles. A saída teórica de Foucault para sanar essa insuficiência foi a introdução do conceito de governamentalidade, permitindo assim um deslocamento estratégico no interior da analítica do poder.

Com isso, Foucault deslocou seus instrumentos já existentes para o estudo de um novo objeto: o Estado. Em sua obra *Segurança, Território e População*, Foucault passou a centrar-se na questão da governamentalidade, que se propõe a analisar o desenvolvimento de racionalidades governamentais e das tecnologias relacionadas a elas. A governamentalidade é um conceito, desenvolvido por Foucault, para denominar o regime de poder que se estabeleceu após o século XVIII, bem como as características de sua tecnologia que teve como alvo principal a população, ou seja, a biopolítica. Entretanto, o conceito de governamentalidade, apesar de estar conectado às técnicas de governo de um Estado Moderno, também se referirá à maneira como foram conduzidas a conduta dos homens.

Dentro da análise do poder de Foucault, a governamentalidade é o conceito mais original e profícuo, isso devido a sua importância no desenvolvimento de pesquisas posteriores relacionadas às formas de subjetivação. Para Foucault, governamentalidade é:

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo”

sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144, grifos do autor).

A partir das palavras de Foucault, a compreensão da governamentalidade é tida como a articulação entre saber (economia política), instrumentos (dispositivos de segurança) e população (sobre o qual exerce). E isso é representado por instituições, procedimentos, análises, reflexões, conjecturas e estratégias através das quais se exerce essa forma específica de poder. Para Miller e Rose, “o governo é um campo de estratégias, técnicas e procedimentos através das quais forças diferentes procuram tornar programas operáveis, e por meio dos quais uma multidão de conexões são estabilizadas entre as aspirações das autoridades e as atividades de indivíduos e grupos.” (2012, p. 81). Desta forma, podemos dizer que por meio do conceito de governamentalidade é possível considerar as relações de poder que colocam em funcionamento práticas discursivas e não discursivas, bem como analisar a constituição desses diferentes enunciados e suas visibilidades.

Noutras palavras, a governamentalização do Estado criou a nova matriz de racionalidade que combinava a tecnologia diplomática militar - para tratar dos desafios externos -, a polícia - como um conjunto de instrumentos para assegurar o crescimento interno decorrente da ampliação do comércio e da circulação monetária - e, concomitantemente, a redefinição da população – como objeto de técnicas governamentais. (FIMYAR, 2009, p.39).

Sobretudo, trabalhar com o conceito de governamentalidade significa problematizar as formas de poder que visam a transformar os indivíduos de uma população em sujeitos governáveis, compreendendo que esse sujeito é constituído pelas práticas às quais está submetido. Nas palavras de Foucault (2008, p. 258), “o que propus chamar de governamentalidade, [é] a maneira como se conduz a conduta dos homens”. E, por este fato, Foucault utiliza este conceito, como pano de fundo para a análise de todas as relações de poder existentes.

## **A REGULAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DOCENTE**

Embora o poder seja sempre poder, ele não existe sozinho. Ele age, atua, a partir de mecanismos, de dispositivos. Os conceitos trabalhados anteriormente foram elucidados para que se possa pensar, a partir daqui, no currículo como um dispositivo de regulação a partir do trabalho docente. Para tanto, é importante que se compreenda o que é o dispositivo.

Para Foucault (2019) os dispositivos são ações que prescrevem, ordenam e normalizam as formas como as relações devem ocorrer ou como elas devem ser estabelecidas, interferindo diretamente na disposição das relações sociais. O dispositivo é, assim, um preceito ou um tipo de norma prática que entram e ação em diferentes espectros

da máquina social. Ele desempenha uma função específica para um determinado fim.

Os dispositivos estão conectados sempre às instituições, constituindo-se como práticas de intervenção nas relações de poder destas instituições. Eles servem, portanto, como um instrumento capaz de prevenir ações de ruptura do grupo social e visam proteger as unidades que se estabelecem contra o uso indevido ou a sobrecarga social (DELEUZE, 1990). Desta maneira, garantem a segurança pública quando diante de uma situação fora dos padrões que são estabelecidos pela tradição da instituição.

Um dispositivo pode atuar de diversas maneiras e durar o tempo que for preciso para impedir um desvio de conduta ou de norma. Os efeitos de um dispositivo, portanto, são sentidos apenas quando eles são postos em ação e minimizam essas ações desviantes. Para Deleuze, o dispositivo é um tipo de novelo que se compõe por diferentes linhas e que

não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam umas das outras. Cada [uma] está quebrada e submetida a variações de direção (bifurcada, enforquilhada), submetida a derivações. Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição são como que vetores ou tensores. (apud Vieira, Hypólito & Duarte, 2006, p. 3 e 4)

Assim, ao passo que os dispositivos visam produzir sujeitos que se conformam às tradições institucionais, podem também provocar fissuras irreparáveis, gerando respostas impensadas que podem ir desde a exclusão do infrator até a ruptura do próprio grupo. Dentre os dispositivos de controle existentes, foca-se aqui no currículo, acionado pelas escolas, que funciona a partir de normas institucionais para garantir as práticas consideradas adequadas ao processo de ensino.

Os dispositivos de controle, dentre eles o currículo, baseiam-se em leis e normas burocráticas amplamente enraizadas. O discurso destes dispositivos para o convencimento quanto a sua aplicação dá-se, portanto, de acordo com os costumes de cada escola em específico. Como visam a estabilização das relações de poder e a unificação do grupo, de certa forma, o currículo dificulta as inovações pedagógicas, o que aumenta significativamente a perda da autonomia docente acerca dos processos escolares.

Muitos são os dispositivos acionados para regular as práticas pedagógicas escolares, especialmente quando se trata de professores(as) em início de carreira, sobre os quais o controle é mais rígido para assegurar que, enquanto novo membro do grupo, ele(a) não desvie das normas de trabalho que são tradicionais naquele espaço. Todos estes dispositivos atuam em paralelo ao currículo, pois a partir deles, é possível estabelecer uma espécie de “quadro de conduta”, que faz com que seja efetivado o processo educativo naquela determinada escola.

Os dispositivos de regulação, portanto, acabam se efetivando a partir das próprias ações escolares e seus efeitos vão desenhando o que se deseja produzir e o que se deve

abolir naquele espaço. A não-aprendizagem dos alunos é um dos itens que se deve abolir, pois caso isto ocorra, haverá uma quebra na confiabilidade do educandário, bem como alteração nas relações de poder ali consagradas. Por este motivo, o currículo é considerado um dos dispositivos mais atuantes na escola: ele garante que os conteúdos necessários à efetiva aprendizagem sejam assegurados aos alunos(as) e que se possa controlar a ação dos professores, limitando sua atuação.

A partir da aplicação do currículo, os professores tornam-se colaboradores controlados, portanto, disciplinados. Quando se restringe o trabalho do professorado a uma dimensão executora, de ordem prática, o processo de ensino (e aprendizagem) se torna dependente do que a escola define, e esta definição se dará de acordo com a tradição da escola. Esta dependência de um currículo a ser aplicado põe o foco no aprender e tira o foco das demais preocupações.

Para isso, utiliza-se de um discurso de cooperação, de organização e de modelo a ser seguido. Este discurso possui, conforme Tardiff (1991), um efeito de doutrinação sobre a escola e a sociedade. Desta maneira, os instrumentos contra a autonomia dos professores são produzidos silenciosamente e a regulação e o controle passam a operar. Esta é uma das formas de vigilância mais sutil e dissimulada que opera na sociedade, pois atua disfarçada e dirige os objetivos da educação para um modelo pragmático de formação para o mercado.

Assim, as políticas públicas são desenhadas com base nas soluções disponíveis no mercado, dentre elas, o discurso de inserção no mundo do trabalho a partir da formação escolar. A partir deste discurso, se perde a ideia de melhoria de vida para as pessoas. Aqui, se está diante do recuo das políticas públicas em detrimento ao mercado capitalista.

A padronização do trabalho dos professores a partir do currículo e dos demais dispositivos que atuam é, portanto, uma estratégia que tem por objetivo minimizar as diferenças entre o que o estado deseja das escolas e o que realmente acontece. De acordo com os modelos mais atuais de gestão, conforme Althusser (1996), é possível superar as crises pelas quais a educação tem passado a partir da padronização dos saberes e das práticas pedagógicas, mas, por outro lado, é preciso salientar que contra todas as formas de padronização do trabalho dos professores está o que propõe a experiência: é ela que produz as formas de resistência e que constituem a alteridade.

As formas de controle são, portanto, embutidas sutilmente no discurso e convencem os professores de que a qualidade na aplicação do currículo é de sua responsabilidade. Há forte apelo moral e afetivo aos professores para que, através de um chamamento à responsabilidade deles com relação à qualidade da educação, haja novo arranjo organizacional para que eles confundam o seguimento às ordens escolares com vocação. O resultado disso são professores executores e a educação passa a ser um negócio.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O currículo como um dispositivo de regulação a partir do trabalho docente é um reflexo atual modelo de controle imposto pelas reformas educacionais. Para que esta regulação ocorra, são desenvolvidas estratégias de disciplinamento dos professores de acordo com as exigências da atual sociedade, pautada no capitalismo. A partir de dispositivos diretamente relacionados à instituição escolar, este disciplinamento ocorre e um dos seus principais aliados é o currículo.

Estas estratégias de regulação começam a ser desenvolvidas a partir de um conjunto de normas a serem seguidas, dentre elas, o currículo: o professor que porventura não seguir, se rebelará contra o modelo de ensino e será, de alguma forma, penalizado por isso. A aplicação do currículo em sua totalidade reflete ainda em outras formas de regulação da sociedade escolar, como as provas (se o aluno não se sair bem é porque o professor não está aplicando corretamente); comparação entre escolas (aquela escola é melhor porque os alunos têm melhor desempenho) e outros.

A regulação do trabalho docente é, portanto, o primeiro degrau para a regulação dos processos escolares. Através de um discurso benevolente que confunde obediência com vocação, os professores são cobrados direta e indiretamente a partir de avaliações, estágios probatórios e feedbacks e podem avaliar o seu próprio trabalho. Os resultados fazem com que o professor acredite que precisa seguir as normas e o currículo imposto para que seu desempenho profissional seja bom.

Assim, o controle transforma o trabalho do professor em um compromisso de absoluta responsabilidade individual. Há, portanto um discurso de flexibilidade, de autonomia, que na verdade é uma flexibilidade que se restringe apenas aos procedimentos didáticos e metodológicos, mas sempre dentro dos limites que se definem pela tradição da escola, pela política e pelo currículo. Trata-se, portanto, de uma “liberdade controlada”, uma falsa autonomia.

Por serem sutis, os mecanismos de poder imbricados nesta maquinaria parecem não existir e esta invisibilidade possibilita ainda mais controle: caso alguma ação não saia conforme o planejado, podem ser propostas reformas nas práticas pedagógicas e nas políticas para melhorias e aperfeiçoamentos, todas elas envolvendo o professor como protagonista. Quando convencidos da magnitude do seu papel no processo da educação, os professores passam a ser responsabilizados, o que traz ainda mais disciplinamento para que sejam seguidas as normas que eles mesmos ajudaram a criar.

Estamos longe de uma solução para este dilema. Cabe a nós, pesquisadores, problematizarmos o que está posto. Para que a educação possa, de fato, ser emancipadora e cumprir seu papel, é preciso instaurar uma luta que parta dos próprios docentes que, além de questionadores, tenham consciência da maquinaria escolar da qual são parte da engrenagem e como se dá seu funcionamento. Para isto, é preciso produzir teorias,

problematizar e, acima de tudo, conscientizar acerca dos jogos de poder aos quais estão sendo submetidos. Tomar consciência é o primeiro grande passo para a mudança. Em seguida, a ação para que se possa diminuir o abismo que há entre o discurso e a prática é necessária.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

DELEUZE, Gilles. **¿Que és un dispositivo?** In: BALBIER, E. et al. Michel Foucault, filósofo Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

FIMYAR, Olena. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. In **Educação e Realidade**, 34(2): 35-56, mai/ago 2009. Pgs. 35-56.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Governamentalidade**. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. A “Governamentalidade”. In: \_\_\_\_\_. **Estratégia, Poder - Saber**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e escritos – vol. IV). p. 281-305.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 37. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Paulus, 2012.

TARFID, Maurice; LESSARD, Claude, LAHAYE, Louise. **Esboço de uma problemática do saber docente**. Teoria & Educação, n.º 4. Porto Alegre. P. 215-233, 1991.

VIEIRA, J. S.; HYPOLITO, A. M.; DUARTE, B. G. V. **Controle através da tradição: dispositivos de regulação conservadora, currículo e trabalho docentes**. (Relatório de pesquisa. Pelotas: FAE/UFPEL - CNPq, 2007).

**A**

Aluno com deficiência 158, 159, 161, 168

Aprendizagem 26, 27, 32, 33, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 186, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 260, 262, 264

Aprendizagem criativa 52, 53, 54, 55, 59, 60, 63

Aprendizagem significativa 32, 45, 49, 51, 198

Arte Brasileira 216

Atividades físicas 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36

**B**

Bebês 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22

Bibliocientífica 194, 195

Braille 182, 183, 184, 185, 188, 190, 193

Brincar 21, 29, 35, 65, 68, 102, 114, 115, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 242, 243, 244

**C**

Cidadania 6, 9, 11, 12, 13, 45, 46, 47, 105, 118, 138, 160, 186, 254

Cohesión social 145, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156

Competencias informacionales 169, 170, 172, 180

Comprensión lectura 169

Comunicação 11, 26, 33, 52, 54, 56, 62, 69, 134, 184, 195, 196, 197, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 230, 241, 249, 250, 253, 260, 261

Concepciones 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Confronto pedagógico 245

Criatividade 53, 55, 56, 60, 103, 106, 114, 115, 116, 117, 139, 196, 203, 234, 235, 241, 242, 243

Currículo 62, 79, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 140, 141, 166, 167, 245, 248, 252, 253, 260

**D**

Democracia 1, 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 135

Desenvolvimento infantil 233, 234, 237, 243

Didática 67, 95, 115, 143, 203, 215, 232, 247, 248

Dispositivos de poder 83

Docência do ensino superior 95

Docentes 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 62, 92, 93, 124, 138, 140, 146, 153, 155, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 190, 198, 205, 206, 248, 250, 254, 256, 258, 259

## E

Educação 1, 2, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 50, 51, 54, 55, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 108, 109, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 143, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 215, 224, 230, 232, 233, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Educação inclusiva 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 191, 192, 193, 244

Educação infantil 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 233, 235, 241, 242, 243, 244

Educación virtual 145, 146, 151

Ensino 13, 14, 19, 24, 32, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 106, 110, 111, 113, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 260, 262, 263, 264

Ensino de Biologia 225, 231

Ensino de Filosofia 121, 122, 126, 127, 130, 138, 142, 143

Ensino de Matemática 192, 204, 263

Ensino médio 14, 45, 46, 48, 50, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 203, 215, 224, 225, 226, 229, 232, 238

Estratégia pedagógica 194, 198, 199

Estrategias búsqueda 169

**F**

Ferramenta pedagógica 194, 199, 202, 203

Formação 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 19, 46, 48, 50, 52, 55, 64, 65, 67, 68, 78, 80, 91, 97, 99, 100, 106, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 167, 183, 184, 189, 190, 191, 205, 215, 231, 237, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Formación continua 37

Foucault 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93

**G**

Gestão democrática 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

**H**

História da educação 122, 158, 159

**I**

Inclusão 11, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 244

Industrialização 72, 74

Instagram 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Interdisciplinaridade 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 128

Intergeracionalidade 24, 32

**J**

Juventude 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 124, 127

**L**

Letramento sensorial 15

Livros infantis 15, 22

**M**

Mamíferos 225

Maria Martins 216, 217, 218, 219, 222, 223

Matemática 79, 124, 127, 130, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 263, 264

Mediação 47, 133, 167, 182, 190, 191, 193, 202, 203, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 260, 261, 262

Metodologias ativas 52, 53, 55, 63, 94, 96, 215

**N**

Narrativas 15, 40, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 65, 198, 263

Naturaleza de la ciencia y tecnología 37, 39

Neoliberalismo 12, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 132

**P**

Papel do Estado 72

Participação escolar 1

Pegadas 224, 225, 227, 228, 229, 230

Pessoas idosas 24, 27, 33, 34, 35

Prática docente 55, 95, 102, 103, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 140, 182, 224, 229, 246

Prática pedagógica 45, 46, 198, 214

**Q**

Qualidade de vida 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36

**R**

Rede social 194, 197, 198, 199

Reflexão 2, 3, 9, 11, 17, 18, 32, 35, 49, 60, 68, 69, 70, 72, 74, 98, 103, 109, 110, 111, 117, 120, 124, 125, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 160, 166, 191, 230, 231, 241, 244, 246, 247, 256, 257, 258, 261

Reforma curricular 121, 122, 127

Reino animal 225, 226, 232

**S**

Scratch 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 63

Sistema de educação de qualidade 72, 74, 77

Soroban 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192

Surrealismo 216, 217, 220, 221, 222, 223

**T**

TIC 170, 175, 180, 204

Trabalho docente 83, 85, 89, 92, 120, 141

**W**

WhatsApp 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Atena  
Editora  
Ano 2022

**Vol 3**

# A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

@atenaeditora 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Atena  
Editora  
Ano 2022

**Vol 3**